

A white computer mouse with a cord, and a large white arrow pointing towards the top right corner of the page.

DESTAQUES

Telecomunicações

A Telecom Italia vai vender a Tim Brasil?

Após a saída da Portugal Telecom da Vivo, e sua entrada na Oi, aumentaram as especulações sobre uma possível venda da Tim Brasil. Trata-se de um comentário recorrente e que tem aparecido periodicamente na imprensa brasileira e internacional.

Não faltariam candidatos a esta aquisição. O Brasil é o 5º mercado de celular do mundo e está em fase de expansão. A Vodafone foi apontada como uma das interessadas.

A Teleco estima que a Telecom Italia poderia receber cerca de 7 bilhões de euros com esta operação. Dinheiro este que poderia ser utilizado para reduzir sua dívida líquida de 33,9 bilhões de euros, que representa 3,1 vezes o seu EBITDA anual.

Para fazer face ao alto endividamento, a Telecom Italia vendeu entre 2004 e 2006 suas operações no Chile, Peru e Venezuela. Se desfez também de outros ativos internacionais nos anos seguintes, sendo o último a Hansenet (operadora de Banda Larga na Alemanha) vendida para a Telefonica em 2009. Restou a Tim Brasil e uma participação na Telecom Argentina.

Luís Felipe Pellon
Fundador e Membro do Conselho
lfpellon@pellon-associados.com.br

Darcio Mota
Membro do Conselho, responsável pela filial SP
darcio.mota@pellon-associados.com.br

Leonardo Cuervo
Membro do Conselho
Superintendente da Área Telecom
leonardo.cuervo@pellon-associados.com.br

O problema é que a receita da Telecom Italia na Itália (Fixo e móvel) está em queda e a Tim Brasil é a aposta de crescimento da operadora.

A Tim Brasil possui 44,4 milhões de celulares e apresentou um crescimento de 17,4% em sua base nos últimos 12 meses, enquanto a Telecom Italia possui em seu mercado doméstico 30,5 milhões de celulares e sofreu uma redução de 6,4% nos últimos 12 meses. A Tim Brasil realinhou sua estratégia em 2009 e está conseguindo crescer e contribuir para o resultado da Telecom Itália, tendo sido responsável por 15,2% do EBITDA do Grupo no 2T10. Com a integração das operações fixas e móveis da Telefonica/Vivo e da Claro/Embratel, a Tim Brasil enfrentará uma concorrência mais pesada na oferta de banda larga móvel a partir de 2011. Ela está, no entanto, bem posicionada no mercado de voz. Segundo seu presidente Luca Luciani "O grande filé do setor é o serviço de voz, mas da telefonia móvel, e assim deve continuar pelos próximos 5 anos" (Jornal Valor Econômico)

A venda da Tim Brasil tornaria a Telecom Italia uma empresa menor e com atuação restrita ao mercado italiano. Ela poderia se justificar se a Telecom Italia decidir acelerar os investimentos em redes de fibra (FTTH) e NGN na Itália de modo a defender a sua posição neste mercado. Uma mudança no quadro de controladores da Telecom Italia pode também implicar na venda da Tim Brasil.

Em 2007, a Pirelli vendeu a Olímpia, controladora da Telecom Itália, por EUR 4,1 bilhões para um consórcio (Telco) composto por: Telefonica (42,3%) e outros grupos italianos. A Telco aumentou sua participação na Telecom Italia para 24,5% em 2008. A Telefonica passou a ter a sua presença na Telco questionada pelos sócios italianos quando adquiriu o controle da Vivo. Os recursos obtidos com a venda da Tim Brasil poderiam ser utilizados para comprar a participação da Telefonica na Telecom Italia.

Diante deste cenário pergunta-se: A Telecom Italia vai vender a Tim Brasil? A Telecom Itália corre o risco de ser adquirida por outra operadora no futuro? O mercado de voz é suficiente para garantir o crescimento da receita da Tim Brasil nos próximos anos? www.teleco.com.br

Troca de celular com defeito continua a ser questionada

Fabricantes, operadoras e grandes revendedoras buscam o DPDC para flexibilizar a determinação.

A decisão do DPDC (Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor), do Ministério da Justiça, de considerar o aparelho celular como produto essencial e, portanto, de troca imediata quando comprado com defeito, ainda não está pacificada entre fabricantes, operadoras e revendedores. Na próxima segunda-feira (16), as operadoras devem apresentar uma proposta ao DPDC para flexibilizar a medida, mas ainda não há consenso entre elas.

Segundo uma fonte do governo, apenas uma das operadoras móveis está de acordo com a nova interpretação do Código de Defesa do Consumidor, feita pelo DPDC, enquanto as outras veem dificuldades em cumprir a determinação. "A única que está disposta a seguir a decisão é aquela que é mais reclamada pelos consumidores", disse a fonte, sem revelar o nome da empresa.

Outra reunião está prevista no DPDC na próxima semana sobre o mesmo assunto. Desta vez será com representantes da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), que também tem restrições à nova determinação. Os supermercados são grandes revendedores de celulares e acham complicada a logística para a troca dos aparelhos que apresentarem defeitos.

Os principais fabricantes de celulares estiveram na terça-feira (10) no DPDC para apresentar uma proposta alternativa. Depois de duas horas de reunião tensa, a sugestão ficou de ser analisada. Ontem, porém, o órgão divulgou nota à imprensa afirmando rejeitar alterações na decisão. A proposta dos fabricantes não foi divulgada, mas há expectativa de novo encontro também na próxima semana. As indústrias já questiona a determinação do DPDC na Justiça. Telesíntese



Portabilidade numérica: 2º trimestre é recorde de pedidos e efetivações



Relatório trimestral da ABR Telecom mostra crescimento de efetivações de pedidos de portabilidade numérica em abril, maio e junho, comparado aos primeiros três meses deste ano e ao mesmo período de 2009.

Brasília, 21/7/2010 - O segundo trimestre de 2010 apresentou recorde no volume migrações efetivadas de portabilidade numérica no Brasil. De acordo com o relatório da Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações (ABR Telecom) - Entidade Administradora do serviço - foram 1,08 milhão de portabilidades numéricas efetivadas entre 1º de abril e 30 de junho.

Nos mesmos três meses de 2009, 866 mil pedidos de migração de operadora com manutenção do número do telefone foram concluídos e, no primeiro trimestre deste ano, a ABR Telecom mostra que entre janeiro e março foram realizadas 1,02 milhão de efetivações de portabilidade numérica para telefones fixos e móveis.

Eficiência Conforme levantamento da ABR Telecom, o índice de eficiência da portabilidade numérica no País foi de 93,77% no mês de junho último, o que representa um retrato do momento.

De acordo com a entidade, a eficiência considera fatores como as solicitações prontas aguardando o agendamento, os pedidos em processamento dentro do prazo regulamentar, as desistências de portabilidade por parte do usuário e a apresentação de documentação conforme o modelo brasileiro determina. O cálculo simples, com base nos dados de migrações pedidas e concluídas não representa o atendimento à expectativa do usuário, nem a eficiência da portabilidade no Brasil.

Comparação - Ao comparar o segundo trimestre de 2010 com o primeiro, a ABR Telecom observa que o volume de efetivações concluídas foi maior no último período. No trimestre fechado em 30 de junho, as migrações realizadas foram 6,2% superiores às verificadas nos primeiros três meses do ano.

Acumulado - Até o dia 30 de junho, 5,5 milhões dos pedidos de portabilidade numérica foram concluídos, sendo 70% para usuários de telefones móveis e 30% para assinantes do serviço fixo.

Site - Acompanhe o movimento mais atualizado de efetivações e pedidos de transferências da portabilidade numérica conforme o DDD e a data de início do serviço, pelo site da ABR Telecom: <http://www.abrtelecom.com.br>

O site da ABR Telecom também disponibiliza uma ferramenta de busca para pesquisar a qual operadora pertencem os números de telefones que já se beneficiaram da portabilidade numérica, consulte aqui: <http://consultanumero.abr.net.br:8080/consultanumero>



Empresas de TI são as que mais investem em marketing digital

Estudo da IDC revela que gastos em 2009 chegaram a 13% de toda a verba de marketing; display ads são a opção de mídia mais utilizada pelo setor.

As empresas globais de TI gastaram 13% de sua verba de marketing de 2009 em ações de marketing digital, mais que qualquer outro setor industrial. Essa é uma das revelações de pesquisa da IDC divulgada nesta quarta-feira (18/8) durante o Digital Age 2.0, conferência sobre novas mídias que ocorre no Sheraton WTC, em São Paulo (SP). O evento vai até amanhã (19/8).

O setor de TI se destaca de outros setores em investimentos em marketing digital, em parte porque os grupos com os quais se relaciona têm tradicionalmente forte presença na Internet”, avalia o consultor responsável pela prática de aconselhamento a CMOs (Chief Marketing Officer), Alexandre Campos Silva.

Dentro de marketing digital, a área que mais recebe investimentos é a de display ads (23%), seguida de e-mail marketing (19%) e search ads (19%). Otimizações de motores de busca, ou SEO, ficaram com 7% e redes sociais, com 3%.

A IDC constatou não haver um padrão operacional entre grandes empresas de TI que investem em marketing digital. O número de agências contratadas, por exemplo, pode variar de quatro a 37. “Nas empresas globais, ao contrário do Brasil, as atividades de criação e de mídia são realizadas por empresas diferentes”, ressalta Silva.

Mas uma prática comum às grandes empresas de TI em relação a marketing digital é a remuneração por resultados: se superarem as metas, têm sua remuneração aumentada em 10%; se ficarem abaixo dela, sofrem redução de 10%. “Isso traz outro desafio: o de medir essas performances”, diz.

Para elaborar a pesquisa, a IDC ouviu CMOs de empresas globais com faturamento de 1 bilhão de dólares até mais de 50 bilhões de dólares. Por Robinson dos Santos, do IDG Now!Fonte: Computerworld

Teles devem investir R\$ 80 bilhões no Brasil até a Copa

Em contrapartida, os consumidores vão pagar R\$ 160 bilhões de impostos, projeta a Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil).

As operadoras de telefonia (fixas e móveis) devem investir cerca de 80 bilhões de reais no Brasil até 2014, para ampliar suas redes e conquistar mais 100 milhões de clientes. Porém, os assinantes vão pagar o dobro desse valor, ou seja, 160 bilhões de reais em impostos.

As projeções foram apresentadas nesta quinta-feira, 19/8, pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), durante o 54º Painel, que a entidade está realizando no Guarujá, no litoral de São Paulo.

Ao apresentar os dados, o diretor da Telebrasil, Eduardo Levy, defendeu a desoneração do setor para ampliação dos investimentos. Segundo ele, a redução de impostos é importante para gerar mais empregos.

O secretário-executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Luiz Salomão, admitiu que é necessário reduzir a carga tributária do setor. "Reconhecemos que é absurdo taxar investimento em telecomunicação. É refrear o desenvolvimento do país", disse à Agência Brasil.

Salomão, porém, ressaltou que não dá para comparar o sistema tributário brasileiro ao de países asiáticos, como alguns críticos costumam fazer. Ele ponderou ainda que, caso o setor seja desonerado, será necessário buscar outras fontes de arrecadação.

Outro problema, de acordo com ele, é que as alterações no sistema tributário envolvem as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. E, segundo o secretário, nenhuma delas quer abrir mão desses recursos provenientes dos impostos. ldgnow.uol.com.br, com informações da Agência Brasil

GVT pensa em entrar na telefonia celular em 18 meses

O presidente da operadora, Amos Genish, reconhece que não pode ficar fora desse jogo no longo prazo e diz que deve esperar pela tecnologia 4G.

Competir no mercado que está se desenhando, após os últimos acordos com teles quadri-play, que oferecerão serviços fixo, móvel, banda larga e TV por assinatura, não representa um motivo de preocupação para a GVT. A operadora, que passou a ser a única, entre os grandes grupos brasileiros, que não tem uma oferta de celular, está confortável, de acordo com o presidente da companhia, Amos Genish. Apesar de considerar que a falta de oferta wireless não significa um problema, ele admite a possibilidade de, no futuro, reverter a situação.

"Não podemos ficar fora desse jogo no longo prazo", reconhece Genish, esclarecendo que deve avaliar a entrada da GVT na telefonia móvel somente daqui a 18 meses. Ao ser questionado se a empresa teria interesse na compra de licenças da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para 3G, o executivo aponta que a tecnologia dificilmente atenderia seus objetivos por começar a ficar ultrapassada.

O presidente da GVT acha mais sensato aguardar 4G para analisar melhor se a operadora entra no mundo móvel com serviço diferenciado. Para ele, a operadora não fica em desvantagem por não ter celular. Seu argumento é de que na telefonia móvel e fixa ainda não há convergência, apenas oferta casada sem integração entre os serviços. Por Edileuza Soares, da Computerworld

México confirma venda de 3G para America Movil, Telefónica e Nextel

Algumas operadoras questionaram os limites de frequência impostos no edital

Depois de muita polêmica e disputa judicial, a agência reguladora mexicana, Cofetel, confirmou hoje a manutenção do resultado da licitação da faixa de 3G (1710-1770/2110-2170 MHz), licitação esta que estabelecia um teto máximo de espectro para cada operador e foi contestado pela empresa Iusacell. Ganharam a licitação a America Movil, que vai pagar US\$ 300 milhões; a Telefónica, que vai desembolsar US\$ 100 milhões e a Nextel, que comprou uma licença nacional de 30 MHz por US\$ 14 milhões.

Nesta licitação, na avaliação da Merrill Lynch, a Nextel ficou muito bem posicionada, pois adquiriu uma licença nacional de 3G (1,8/2,1 Ghz) por um preço bem inferior ao dos demais vencedores (ela disputou sozinha este pedaço de banda), o que a coloca em posição bem confortável para ampliar seus investimentos na América Latina (no Brasil, ela é candidatíssima à banda H, a ser lançada pela Anatel).

A Nextel vendeu sua participação na empresa de TV fechada mexicana, Televisa, para poder se capitalizar para as aquisições de espectro que irão fazer com que a empresa avance sobre o mercado de telefonia celular, visto que hoje está limitada ao espectro destinado ao serviço de rádio-despacho (trunking). Telesíntese

Comissão de revisão das leis de telecomunicações marca reuniões

Integrantes debatem as normas nesta terça, quarta e quinta-feiras após palestras de especialistas.

A comissão interministerial para elaborar estudos e apresentar propostas de revisão do marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão, instalada no início deste mês, tem reuniões marcadas para esta terça (17), quarta (18) e quinta-feiras (19). Na pauta estão previstas duas palestras: uma do especialista em tecnologia e serviços de informação, Marcos Augusto Martins, e outra do professor de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília, Murilo Ramos.

Na primeira reunião o foco dos debates foi a radiodifusão. A ideia do governo é aproveitar as propostas aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada no ano passado. Temas como o processo de concessão e revisão de outorgas, publicidade, cotas de produção nacional, produção independente já estão relacionados para debate em grupos de trabalho. Alterações na LGT (Lei Geral de Telecomunicações) poderão ser abordadas nas reuniões previstas para esta semana. A comissão interministerial foi criada por decreto do dia 21 de julho e é composta por representantes da Casa Civil (a quem cabe a coordenação), os ministérios das Comunicações e Fazenda, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência e a Advocacia-Geral da União. A Anatel participa dos grupos de trabalho a convite da Casa Civil.

A previsão é de que o relatório final da comissão seja apresentado ao presidente Lula juntamente com as propostas para revisão do marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão no País. Mas a implantação das mudanças somente ocorrerá no próximo governo. Telesíntese

Fundos abrem espaço para abrigar Portugal Telecom na Oi, mas tentam manter o poder.

Jogo de forças

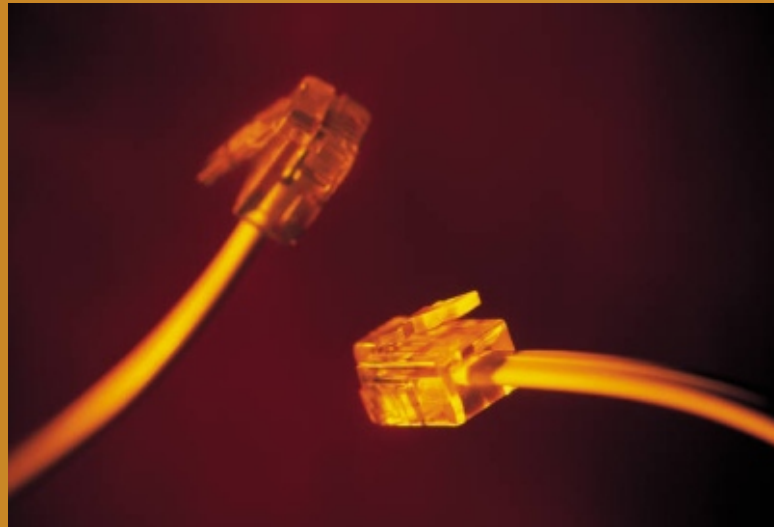
Os fundos de pensão de estatais minoritários no controle da Oi - Previ, Petros e Funcef - colocaram como pré-condição para ceder um total de 10% de suas participações para a Portugal

Telecom (PT) entrar no bloco de controle da companhia a garantia que terão mantidos os mesmos poderes que detêm hoje na companhia.

As fundações não abrem mão de manter um assento no conselho de administração da holding Telemar Participações (TmarPart), independentemente do percentual que cada uma venha a ter após vender parte de suas ações para a operadora portuguesa.

A Previ detém atualmente 12,96% da holding; Petros e Funcef respondem por 10% cada uma na holding. Caso seja mantido o atual acordo de acionistas e os fundos vendam suas participações - e fiquem com menos de 10% -, eles perdem a cadeira no conselho, os direitos de votar na escolha do presidente da empresa, de decidir sobre orçamento e investimentos estratégicos. Em paralelo às exigências dos fundos de pensão, na reestruturação do controle da Oi, está sendo discutido um acordo de acionista entre os sócios do bloco de controle - Andrade Gutierrez (AG) Telecom e La Fonte (LF) Telecomunicações - e a PT.

Os portugueses entram com 35% de participação em cada uma das empresas que concentram o grau mais alto de decisão da companhia. E um acordo de acionistas dessas duas empresas está sendo definido para delimitar melhor as fronteiras de poder dos portugueses na composição societária final. É preciso determinar quais poderes eles terão sobre essas companhias.



No controle da Oi, os minoritários (fundos de pensão e BNDESPar) detêm ao todo 49,9% do capital social na holding Telemar Participações, percentual que segundo o acordo anunciado em 28 de julho para a entrada da PT na estrutura social precisa encolher para 39,9%. Atualmente, a BNDESPar responde por 16,86% desse total.

A subsidiária do BNDES provavelmente está fora dessa dança das cadeiras e deverá manter a sua participação.

O banco, ao contrário, deverá colocar recursos no aumento de capital da holding, de R\$ 4,2 bilhões. Terá de desembolsar cerca de R\$ 720 milhões para manter essa fatia.

Caberá, portanto, aos três fundos de pensão se acertarem na partilha. A questão é que o negócio chegou pronto para as fundações. Por isso é que essa discussão está ocorrendo só agora. Toda a transação foi definida entre AG Telecom e La Fonte, de um lado, e PT, do outro.

O mais provável é que cada um venda um percentual para a operadora portuguesa. A possibilidade de a Previ ceder 2,96% de sua participação de 12,96% e ficar com 10% não foi confirmada pelas fontes. Mas se houver uma disposição de todos de vender um terço da participação de cada um, a Previ poderá vir a ceder mais que Petros e Funcef, calculam os interlocutores, pois tem mais folga para isso.

Até agora, porém, não há ninguém nos três fundos disposto a sair do negócio, ou seja, a vender isoladamente 10% para a PT mesmo a um preço atraente de R\$ 1,1 bilhão.

As fundações têm realizado reuniões semanais com o objetivo de construir a melhor saída para todos, sem que ninguém deixe o grupo de controle da empresa e não perca o valioso poder de opinar nas decisões estratégicas.

Está certo que a AG Telecom (que detém 19,3% do controle), La Fonte (19,3%) e a Fundação Atlântica, dos empregados da Oi (11,5%), vão continuar sendo o núcleo de poder da companhia. Com a operação de repasse dos fundos a PT vai ter um percentual direto de 10%, mas o total de presença na companhia muda, uma vez que a operadora portuguesa terá também presença na AG Telecom e na La Fonte.

O poder da PT, no final dos acertos, acabará sendo maior do que o dos minoritários.

Hoje, além de assento no conselho de administração, todos os controladores participam das decisões da Oi por meio de comitês. Já existem três, de finanças, recursos humanos, além do referente a riscos e contingências. Será, ao menos por enquanto, criado um quarto comitê, voltado para a área tecnológica, em especial serviços de banda larga pelo qual a PT pode transferir sua experiência no setor.

As negociações entre os acionistas majoritários da Oi e executivos da PT começaram a tomar maior vulto no início de julho. Em meados daquele mês os fundos de pensão foram procurados para ser informados dos contatos com a operadora portuguesa. Mas eles não foram para a mesa das negociações.

Nessa ocasião, atendendo a pedido da PT, foi acertado a assinatura de um documento prévio para que os executivos portugueses levassem ao governo de seu país uma prova de que tinham alternativa de investimento no Brasil quando fosse fechada com a Telefónica a venda da participação portuguesa na Vivo.

O Valor apurou que, ao contrário do que foi divulgado no dia do anúncio da operação, os contatos iniciais começaram bem antes do informado.

Do total de R\$ 8,4 bilhões a serem pagos pela PT pela entrada na Oi, R\$ 1,1 bilhão serão usados para pagar os 10% dos fundos, R\$ 1,6 bilhão à AG Telecom e outros R\$ 1,6 bilhão à La Fonte. Os restantes R\$ 4,2 bilhões serão aportados nos aumentos de capital que ocorrerão ao longo da cadeia societária. Todos os acionistas deverão participar da operação, inclusive os fundos de pensão. Eles pretendem usar os recursos recebidos da PT para participar da oferta. www.valoronline.com.br

“Está certo que a AG Telecom (que detém 19,3% do controle), La Fonte (19,3%) e a Fundação Atlântica, dos empregados da Oi (11,5%), vão continuar sendo o núcleo de poder da companhia.”

“Hoje, além de assento no conselho de administração, todos os controladores participam das decisões da Oi por meio de comitês.”

JURISPRUDÊNCIA

PELLON SP

ADVOGADO: DÁRCIO JOSE DA MOTA

TELEFONIA - DANO MORAL - DESCABIMENTO

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 992.05.090264 - 3

Comarca de ARAÇATUBA - 4a Vara Cível

Apte: EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

Apdo: ELIAS DE OLIVEIRA

Voto nº 10.980

EMENTA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - TELEFONIA - REPARAÇÃO DE DANOS - DANO MORAL Pedido de indenização decorrente de cobrança de débito indevido. Aviso de futura inclusão do nome do autor em órgãos de proteção ao crédito, mesmo diante da sua quitação. Ação julgada parcialmente procedente. Cobrança indevida. Pagamentos efetuados. Conduta ilícita da concessionária. Caracterização. Reparação por dano moral. Descabimento. Ausência de demonstração do dano sofrido. Comunicação de negativação no SPC, que não se efetivou. Ausência do serviço de DDD que não causa prejuízo diante da possibilidade de utilização do mesmo serviço de outras operadoras. Ausência de simples indício do abalo sofrido. Ônus que cabia ao autor. Caracterização de meros dissabores. Sentença reformada para julgar improcedente a ação. RECURSO PROVIDO. (Pasta J.30, p. 34)

JURISPRUDÊNCIA

PELLON SP

ADVOGADO: DÁRCIO JOSE DA MOTA

TELEFONIA - DANO MORAL - VALOR ARBITRADO - RAZOABILIDADE

APELAÇÃO N.º 991.06.030361-1

Comarca de São João da Boa Vista

Apte: Telesp Telecomunicações de São Paulo S/A

Apda: Luzia Cristina Alves Pereira

Interessada: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A Embratel

Voto n.º 19.432

EMENTA

Dano moral. Serviço de telefonia. Inclusão indevida do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito. Débito decorrente de numeração de linha inutilizada. Eclusão no momento da inserção indevida. Responsabilidade da Embratel reconhecida, já que inseriu indevidamente a anotação desabonadora. Denúncia da lide. Responsabilidade da Telesp, prestadora de serviços de telefonia local, pela reutilização da linha antes do prazo mínimo determinado pela Anatel. Obrigação de ressarcimento à Embratel reconhecida. Indenização. Arbitramento que deve ser equilibrado e observar o binômio reparação/sanção. Valor mantido. Recurso improvido. (Pasta J.30, p. 35)

Pellon & Associados

A D V O C A C I A

Matriz Rio de Janeiro

Rua Senador Dantas, 74 - 7º andar, Centro, Rio de Janeiro
RJ/Brasil - CEP: 20.031-201
Telefone: (55) (21) 3824-7800 Fax: (55) (21) 2240-6907

Filial Rio de Janeiro

Av. Treze de Maio, 33, 26º, 36º e 37º andares, Centro,
Rio de Janeiro - RJ/Brasil - CEP: 20.231-000
Telefone: (55) (21) 3906-7800 Fax: (55) (21) 3906-7800

São Paulo

Av. Paulista, 453, 8º e 9º andares, Centro - São Paulo
SP/Brasil - CEP: 01311-907
Telefone: (55) (11) 3371-7600 Fax: (55) (11) 3284-0116

Brasília

SAS, Quadra 3, Lote 2, Bloco C, Ed. Business Point,
Salas 1.106/08, 1213 e 1214 - Brasília
DF/Brasil - CEP: 70070-030
Telefone: (55) (61) 3321-4200 Fax: (55) (61) 3226-9642

Vitória

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675, Salas 1.110/17,
Enseada do Suá - ES/Brasil - CEP: 29050-912
Telefone: (55) (27) 3357-3500 Fax: (55) (27) 3357-3510

Recife

Edifício Empresarial Boa Vista Center
Av. Lins Petit, 320, salas 401 e 402 - Recife
PE/Brasil - CEP: 50071-230
Telefone: (55) (81) 3222-5054 Fax: (55) (81) 3222-5081

www.pellon-associados.com.br
corporativo@pellon-associados.com.br